



# **CARGO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL**

## **PROVA OBJETIVA – Nível Médio**

### **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**

#### **CONCURSO PÚBLICO – Edital de Abertura nº 067/2026**

#### **ANTES DA PROVA:**



**Olá! Leia as orientações  
para a realização da prova conforme  
o Edital de Abertura. Boa sorte!**



- \* Confira seus dados na Grade de Respostas: Nome, Nº de Inscrição e Cargo. Caso haja equívoco, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
- \* Verifique se este caderno corresponde ao cargo ao qual você realizou sua inscrição e contém o número de questões conforme expresso em edital. Caso contrário, solicite a substituição do caderno.
- \* Selecione APENAS UMA alternativa correta para cada questão, que contam com 5 alternativas de resposta (A, B, C, D, E).
- \* Seus aparelhos eletrônicos (relógios, celulares...) devem estar acondicionados dentro do envelope de segurança fornecido, que deve ser lacrado antes de entrar na sala.

#### **DURANTE A PROVA:**



- \* Preencha e assine a Grade de Respostas e a Ata de Presença, conforme o documento apresentado, utilizando caneta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha, marca-texto e outros itens durante a realização da prova.
- \* Preencha a Grade de Respostas marcando apenas uma alternativa para cada questão. Questões rasuradas, com mais de uma marcação ou em branco serão anuladas.
- \* Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de materiais de consulta de qualquer natureza.
- \* Nenhuma questão será anulada durante o período de prova. Escolha sempre uma das alternativas. Você poderá solicitar Recurso Administrativo sobre o gabarito preliminar, conforme datas do cronograma de execução.
- \* Fique atento ao tempo de realização da prova, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas conforme orientação apresentada na sala.

#### **APÓS A PROVA:**



- \* Você poderá levar consigo o Caderno de Questões após transcorrido o tempo previsto em edital.
- \* Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal da sala, aguardando a autorização para entregar a Grade de Respostas.
- \* O gabarito preliminar será divulgado conforme o cronograma de execução deste edital.



**LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

**A cidade contemporânea e a invisibilidade de quem envelhece sozinho**

No Japão, a expressão *kodokushi* — utilizada para definir mortes solitárias — deixou de representar um fenômeno periférico e hoje ocupa posição central no debate público sobre envelhecimento e coesão social. Em abril de 2026, o governo japonês divulgou estimativas indicando que, ao longo do ano passado, 22.222 pessoas morreram sozinhas — e foram encontradas apenas após oito dias ou mais. Quando o intervalo considerado é de quatro dias, o número ultrapassa 32 mil casos, segundo o *Cabinet Office of Japan*. O dado ganha dimensão ainda maior em um país onde 28,6% da população (10,9% do total) já possui 65 anos ou mais e os domicílios unipessoais representam cerca de 38% das residências, de acordo com o *Statistics Bureau of Japan*. Setenta por cento dos que morreram solitariamente tinham 65 anos ou mais.

O aspecto mais perturbador desse cenário talvez não esteja apenas nos números, mas no que eles revelam. Em uma das sociedades mais organizadas e tecnologicamente avançadas do planeta, milhares de pessoas desaparecem da vida cotidiana sem que sua ausência seja imediatamente percebida. A contradição é evidente: cidades podem se tornar mais eficientes e longevas sem, necessariamente, preservarem os vínculos humanos que sustentam a vida coletiva.

O Brasil ainda está distante da dimensão observada no Japão, no entanto os vetores demográficos que sustentam esse processo já estão presentes. O Censo 2022 do IBGE registrou mais de 22 milhões de brasileiros com 65 anos ou mais (cerca de 10,9% do total), crescimento de 57,4% em relação ao levantamento anterior. Paralelamente, o país contabiliza 13,6 milhões de domicílios unipessoais, equivalentes a 18,8% das residências nacionais; do total de moradores solitários, aproximadamente 29% têm 65 anos ou mais. O envelhecimento da população brasileira avança simultaneamente ao crescimento de arranjos de vida mais individualizados.

Via de regra, morar sozinho não constitui, por si só, um problema social. Em muitos casos, representa autonomia e independência. O ponto crítico emerge quando as cidades deixam de oferecer as condições necessárias para sustentar essa autonomia ao longo do envelhecimento. A degradação dos espaços públicos, a precariedade da mobilidade urbana, a insegurança e o enfraquecimento da vida de bairro produzem ambientes onde o isolamento se intensifica de forma silenciosa e progressiva.

É nesse ponto que a discussão ultrapassa o campo da assistência social e alcança o urbanismo e a saúde pública. A Organização Mundial da Saúde associa isolamento social e solidão ao aumento do risco de doenças cardiovasculares, depressão, ansiedade, declínio cognitivo e mortalidade precoce. A solidão prolongada gera impactos clínicos concretos, amplia internações evitáveis e pressiona sistemas de saúde já tensionados pelo envelhecimento populacional.

Sob essa perspectiva, as mortes solitárias observadas no Japão funcionam como um alerta antecipado para sociedades que envelhecem rapidamente, como a brasileira. Espaços públicos acessíveis, bairros caminháveis, transporte inclusivo, serviços distribuídos territorialmente e equipamentos de convivência deixam de ser elementos acessórios do planejamento urbano e passam a integrar uma infraestrutura preventiva de saúde.

Ao mesmo tempo, os recentes avanços tecnológicos no campo da saúde abrem possibilidades relevantes. A integração entre atenção primária, assistência social, vigilância territorial e ferramentas analíticas pode permitir a identificação precoce de situações de isolamento extremo e vulnerabilidade social. Contudo, a tecnologia sozinha não resolverá um problema cuja origem é essencialmente relacional.

O caso japonês oferece uma advertência importante: sociedades podem envelhecer com \_\_\_\_\_, infraestrutura e elevada expectativa de vida e, ainda assim, \_\_\_\_\_ em algo elementar — garantir que ninguém \_\_\_\_\_ os últimos dias de existência completamente invisível para o mundo ao redor.

Texto adaptado.

**01. Considerando as regras vigentes, os tracejados do último parágrafo devem ser, respectivamente, preenchidas por**

- A) riqueza – fracasar – achesse
- B) riqueza – fracassar – achesse
- C) riqueza – fracasar – achesse
- D) riqueza – fracassar – achesse
- E) riqueza – fracassar – achesse

**02. A vírgula, na primeira linha do texto, foi usada para**

- A) isolar o aposto.
- B) separar o vocativo.
- C) isolar o adjunto adverbial.
- D) marcar a supressão de um verbo.
- E) separar orações subordinadas adverbiais.

**03. Considere as afirmativas abaixo.**

- I – A ausência prolongada de vínculos sociais afeta principalmente o bem-estar emocional, sem provocar consequências relevantes para a saúde física ou para a expectativa de vida.
- II – A experiência japonesa evidencia desafios que podem se tornar cada vez mais presentes no Brasil à medida que a população brasileira envelhece.
- III – A expressão *kodokushi*, no Japão, refere-se a um fenômeno ainda restrito a grupos específicos da população e, por isso, permanece à margem dos debates públicos sobre envelhecimento e coesão social.

De acordo com o texto, qual(is) pode(m) ser considerada(s) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas a II e III.
- E) I, II e III.

**04. Analise as afirmativas abaixo sobre os trechos destacados:**

- I - Em “eles revelam”, existe pronome substantivo.
- II - Em “sua ausência” existe pronome adjetivo.
- III - Em “essa autonomia”, existe pronome adjetivo.

Qual(is) pode(m) ser considerada(s) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas a II e III.
- E) I, II e III.

**05. Considere o trecho abaixo extraído do texto.**

“Ao mesmo tempo, os recentes avanços tecnológicos no campo da saúde abrem possibilidades relevantes.”

Se a palavra “*recentes*” fosse substituída por *recente*, quantas outras palavras no trecho teriam de ser modificadas para fins de correção gramatical?

- A) Uma.
- B) Duas.
- C) Três.
- D) Quatro.
- E) Cinco.

**06. Assinale a alternativa cuja palavra possui ditongo decrescente nasal.**

- A) Japão
- B) social
- C) constitui
- D) divulgou
- E) ferramentas

**07. Analise as afirmações abaixo e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.**

- ( ) A palavra “saúde” é acentuada pela mesma razão de “declínio”.
- ( ) A palavra “demográficos” é acentuada por ser uma polissílaba.
- ( ) A palavra “públicos” é acentuada pela mesma razão de “vínculos”.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F.
- B) V – F – V.
- C) V – F – F.
- D) F – F – V.
- E) F – V – V.

08. Em “É nesse ponto que a discussão ultrapassa o campo da assistência social e alcança o urbanismo e a saúde pública.”, a palavra sublinhada pertence à classe dos (as)

- A) artigos definidos.
- B) artigos indefinidos.
- C) preposições essenciais.
- D) pronome pessoal oblíquo.
- E) pronome demonstrativo.

09. Leia.

“O Brasil ainda está distante da dimensão observada no Japão”

Em relação ao trecho acima, analise as afirmativas que seguem.

- I – Há substantivo próprio.
- II – Há contração de preposição e artigo indefinido.
- III – Há substantivo epiceno.

Das afirmativas acima, qual(is) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas a I e III.
- E) Apenas a II e III.

10. No trecho “Via de regra, morar sozinho não constitui, por si só, um problema social”, a expressão sublinhada estabelece uma ideia de

- A) frequência ou ocorrência habitual.
- B) obrigatoriedade ou imposição.
- C) excepcionalidade ou raridade.
- D) certeza absoluta e incontestável.
- E) proibição ou impedimento.

As questões de número 11 a 20 referem-se ao texto abaixo.

### A nova corrida da IA é pela propriedade das ideias

A inteligência artificial não inventou a cópia. Apenas entregou a ela velocidade, escala e um botão escrito “gerar”. Em poucos segundos, qualquer empresa consegue produzir textos, imagens, nomes, embalagens e campanhas parecidas com as dos concorrentes. Criar ficou mais fácil. Provar quem criou, quem é o dono e quem pode explorar comercialmente cada ativo ficou muito mais importante.

É nesse cenário que a propriedade intelectual deixa de ser uma preocupação restrita ao departamento jurídico. Ela passa a ocupar o centro da estratégia das empresas. Não se trata apenas de registrar uma marca ou arquivar um contrato. Trata-se de proteger a identidade, a reputação e o valor construído ao longo dos anos.

Durante muitos anos, as empresas enxergaram a marca como um nome acompanhado de um logotipo. Essa definição ficou pequena. Hoje, uma marca é formada por produtos, serviços, ambientes, experiências, embalagens, conteúdos, softwares e pela maneira como o consumidor reconhece uma empresa no mercado.

Uliana Dalla Costa, especialista em propriedade intelectual e diretora jurídica da SIGN ALL Marcas, explica que as empresas começaram a organizar portfólios mais amplos de proteção. Já não basta registrar o nome principal e considerar o trabalho encerrado. É necessário mapear todo o universo criado ao redor da marca.

Um exemplo citado por Uliana é a *Ralph Lauren*. Tradicionalmente associada ao vestuário, a empresa expandiu sua presença para cafeterias e grandes torneios de tênis. O *Ralph's Coffee* não vende apenas café. Ele transforma o estilo da marca em ambiente, atendimento, embalagem e experiência.

Essa expansão aumenta os pontos de contato com o consumidor, mas também abre novas frentes de risco. Cada produto, serviço ou espaço pode exigir uma proteção própria. Nomes, desenhos, fotografias, sistemas, conteúdos e contratos precisam acompanhar o crescimento do negócio.

... empresa que amplia seu território comercial sem organizar a propriedade intelectual pode construir valor sobre uma base frágil. Uliana compara ... situação ... construção de uma casa em um terreno cuja

propriedade não está garantida. ... obra pode ser bonita e cara. Ainda assim, quem construiu corre o risco de não poder permanecer nela.

Não são raras as empresas que passam anos investindo em publicidade, embalagens, redes sociais e relacionamento com clientes. Depois, descobrem que não podem registrar a marca, que existe um titular anterior ou que parte da identidade visual não lhes pertence. O problema costuma aparecer justamente quando o negócio começa a ganhar escala.

O risco também está nas criações encomendadas. Muitas empresas contratam um logotipo, uma fotografia, um site ou um software e acreditam que o pagamento transfere automaticamente todos os direitos. Sem contratos claros de cessão ou licenciamento, a titularidade pode continuar com o criador.

O comprovante de pagamento mostra que um serviço foi contratado. Não esclarece, sozinho, onde a criação pode ser utilizada, por quanto tempo, em quais canais e com quais limitações. Essa diferença parece detalhe até surgir uma venda da empresa, uma expansão comercial ou uma disputa judicial.

A inteligência artificial acrescentou outro problema. Funcionários passaram a inserir contratos, apresentações, planilhas, estratégias, códigos e dados de clientes em ferramentas digitais. Muitas empresas ainda não sabem quais informações estão sendo compartilhadas, com quais plataformas e sob quais condições.

Proibir a tecnologia não parece uma solução realista. A IA pode reduzir tarefas repetitivas, acelerar análises e ampliar a produtividade. Isso não significa, porém, que qualquer informação possa ser entregue a qualquer sistema. Eficiência sem controle é apenas uma maneira mais rápida de criar um problema.

A recomendação de Uliana é estabelecer políticas claras de uso. As empresas precisam definir quais ferramentas são autorizadas, quais dados podem ser inseridos e quais documentos devem permanecer fora desses ambientes. Versões corporativas das ferramentas também oferecem mais recursos de controle e gestão.

O mesmo cuidado vale para artistas, jornalistas, fotógrafos, designers e produtores de conteúdo. Uma das grandes discussões da era da IA envolve o treinamento de modelos com obras disponíveis na internet. Não existe uma ferramenta capaz de impedir totalmente a captura, a reprodução ou a adaptação do que foi publicado.

A defesa possível começa pela documentação. Arquivos originais, versões preliminares, datas de publicação, contratos, briefings e metadados ajudam a demonstrar autoria e anterioridade. Registros e mecanismos de certificação também fortalecem a posição de quem precisa reagir a um uso não autorizado.

Guardar versões e formalizar contratos pode parecer excesso de cuidado. Na prática, é uma forma de preservar valor. Quando criações humanas convivem com conteúdos produzidos por máquinas, demonstrar como, quando e por quem algo foi feito passa a integrar a própria identidade da obra.

O trabalho dos especialistas também mudou. Já não basta verificar se existe uma marca idêntica registrada. É necessário analisar semelhanças visuais, fonéticas, conceituais e comerciais. Também é preciso acompanhar redes sociais, domínios, lojas digitais e plataformas nas quais uma identidade pode ser copiada ou adaptada.

Os contratos passaram a discutir treinamento de modelos, uso de conteúdos por sistemas de IA, titularidade dos resultados e participação humana no processo criativo. A tecnologia não reduziu a importância dessas perguntas. Apenas aumentou o preço de **ignorá-las**.

Existe uma ironia nessa transformação. Quanto mais fácil se torna produzir algo visualmente convincente, mais difícil fica construir uma identidade realmente reconhecível. Uma ferramenta pode gerar centenas de nomes ou campanhas. Poucas empresas conseguem transformar isso em reputação, confiança e memória.

Na era da inteligência artificial, conteúdo deixou de ser escasso. Autenticidade, exclusividade e confiança, não. Empresas que ainda tratam propriedade intelectual como papelada estão olhando para o problema pelo retrovisor.

A nova corrida da IA não será vencida apenas por quem produzir mais ou mais rápido. Será vencida por quem souber criar, documentar e proteger aquilo que torna sua marca diferente. Quem não fizer isso poderá descobrir, tarde demais, que trabalhou durante anos para aumentar o patrimônio do concorrente.

Texto adaptado.

**11. Considerando o emprego do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os pontilhados do sétimo parágrafo do texto.**

- A) A – à – à – A.
- B) Â – à – a – Â.
- C) Â – a – a – A.
- D) A – a – à – A.
- E) A – à – a – Â.

**12. A partir das informações apresentadas no texto, é possível inferir que**

- A) a expansão da inteligência artificial tornou desnecessária a preocupação das empresas com a proteção de suas criações, uma vez que os conteúdos digitais podem ser facilmente reproduzidos.
- B) a utilização de ferramentas de inteligência artificial tende a reduzir a importância da identidade das marcas, já que a tecnologia permite produzir conteúdos semelhantes com rapidez.
- C) o avanço da inteligência artificial exige que as empresas adotem estratégias mais cuidadosas para diferenciar, registrar e proteger suas criações e identidades.
- D) a atuação dos especialistas em propriedade intelectual tornou-se menos complexa, pois a identificação de marcas semelhantes pode ser realizada exclusivamente por sistemas automatizados.
- E) a produção acelerada de conteúdos por meio da inteligência artificial será suficiente para garantir às empresas maior reconhecimento, confiança e valorização no mercado.

**13. Em “Durante muito tempo, as empresas enxergaram a marca como um nome acompanhado de um logotipo”, a expressão sublinhada estabelece uma circunstância de**

- A) causa.
- B) modo.
- C) intensidade.
- D) tempo.
- E) condição.

**14. Em “Não são raras as empresas que passam anos investindo em publicidade”, a expressão sublinhada pertence à classe dos (as)**

- A) conjunções integrantes.
- B) conjunções coordenadas.
- C) conjunções subordinadas.
- D) pronomes relativos.
- E) pronomes indefinidos.

**15. No décimo oitavo parágrafo do texto, o “las”, em “ignorá-las”, para efeitos de coesão, retoma**

- A) empresas.
- B) essas perguntas.
- C) titularidade dos resultados.
- D) sistemas de IA.
- E) a tecnologia.

**16. No trecho “Essa expansão aumenta os pontos de contato com o consumidor, mas também abre novas frentes de risco.”, a expressão sublinhada estabelece, entre as orações, uma relação de**

- A) causa.
- B) conclusão.
- C) explicação.
- D) adição.
- E) condição.

**17. Em “Muitas empresas contratam um logotipo, uma fotografia, um site ou um software e acreditam que o pagamento transfere automaticamente todos os direitos.”, a expressão sublinhada introduz uma oração**

- A) absoluta.
- B) coordenada sindética conclusiva.
- C) subordinada substantiva objetiva direta.
- D) subordinada substantiva objetiva indireta.
- E) subordinada adjetiva restritiva.

**18. Assinale a alternativa cuja palavra possui dois dígrafos.**

- A) velocidade
- B) trabalho
- C) necessário
- D) contato
- E) inteligência

**19. Observe o trecho extraído do texto:**

"A inteligência artificial não inventou a cópia."

**Agora, assinale a alternativa que apresenta a transposição correta dessa frase para a voz passiva analítica.**

- A) A cópia inventou a inteligência artificial.
- B) A cópia não foi inventada pela inteligência artificial.
- C) A cópia não é inventada pela inteligência artificial.
- D) A inteligência artificial não foi inventada pela cópia.
- E) A cópia não se inventou pela inteligência artificial.

**20. Assinale a alternativa cujo verbo pertence à terceira conjugação.**

- A) mudou
- B) começa
- C) deixou
- D) devem
- E) existe

**RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**

**21. Uma cooperativa agrícola vendeu 40% da produção de milho na primeira semana da safra. Na segunda semana, vendeu 25% da quantidade que restou após a primeira semana. Ao final dessas duas semanas, ainda havia 1 080 toneladas de milho armazenadas. Qual era a produção total de milho da cooperativa no início da safra?**

- A) 1 600 toneladas
- B) 2 000 toneladas
- C) 2 400 toneladas
- D) 2 800 toneladas
- E) 3 000 toneladas

**22. Quatro servidores públicos, a saber, Ana, Bruno, Carlos e Daniela, trabalham em setores diferentes de uma repartição: Arquivo, Compras, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação (TI). Cada servidor trabalha em exatamente um setor, e cada setor é ocupado por apenas um servidor, sem repetição. Cada servidor utiliza exatamente um objeto como sua principal ferramenta de trabalho. Os quatro objetos disponíveis são distintos e cada um deles é utilizado por apenas um dos servidores. Os objetos são: calculadora, notebook, scanner e tablet.**

Sabe-se que:

- 1. Ana trabalha no setor de Compras;
- 2. Bruno trabalha no setor de Arquivo;
- 3. O servidor do setor de TI utiliza um notebook;
- 4. Carlos trabalha no setor de Recursos Humanos;
- 5. Carlos utiliza um scanner;
- 6. Ana utiliza um tablet.

Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- A) Daniela trabalha no setor de TI e utiliza um notebook.
- B) Bruno utiliza o scanner e trabalha no Arquivo.
- C) Carlos trabalha no setor de Recursos Humanos e utiliza o notebook.
- D) Ana trabalha no setor de Compras e utiliza a calculadora.
- E) Daniela utiliza a calculadora.

**23. O valor da expressão  $\frac{3}{4} - \left[ 2,5 - \frac{3}{2} \times \left( 1,2 - \frac{5}{3} \right) \right]$  é:**

- A) - 2,45
- B) - 2,15
- C) 0,25
- D) 1,05
- E) 2,15

**24. Uma equipe de manutenção utiliza uma máquina que consome 7,5 litros de produto de limpeza para higienizar 1 200m<sup>2</sup> de piso. Em determinado serviço, será necessário higienizar 1,8 hectares de piso. Sabendo que 1 hectare corresponde a 10 000 m<sup>2</sup>, mantendo-se o mesmo consumo proporcional do produto, qual será a quantidade de produto, em litros, necessária para realizar todo o serviço?**

- A) 90
- B) 105
- C) 112,5
- D) 120
- E) 135

**25. Um valor sofreu três alterações percentuais sucessivas: primeiro um aumento de 25%, depois um desconto de 36% e, por fim, um aumento de 87,5%. Ao término dessas operações, o valor final passou a ser R\$ 3 000,00. Qual era o valor inicial?**

- A) R\$ 1 920,00
- B) R\$ 2 000,00
- C) R\$ 2 048,00
- D) R\$ 2 400,00
- E) R\$ 2 560,00

**26. Durante a preparação de uma receita experimental, uma cozinheira precisava medir a quantidade total de morangos. Ela registrou: 1,5 kg na primeira etapa; 3/4 kg na segunda etapa; e 0,8 kg na terceira etapa. Ao final, percebeu que havia esquecido de contabilizar 1/5 kg de morangos que também foram utilizados. Qual foi a quantidade de morangos efetivamente utilizada?**

- A) 3,05 kg
- B) 3,15 kg
- C) 3,25 kg
- D) 3,30 kg
- E) 3,35 kg

**27. Durante uma semana de treinamento, cinco agentes de fiscalização, Ana, Bruno, Carla, Diego e Elisa, apresentaram seus projetos, um por dia, de segunda a sexta-feira, sem repetição de dias. Sabe-se que:**

- Carla apresentou seu projeto depois de Ana e antes de Diego;
- Bruno apresentou na quarta-feira ou na sexta-feira;
- Elisa não apresentou no primeiro dia da semana e Diego não apresentou no último dia da semana;
- Elisa apresentou seu projeto antes de Carla.

Com base nessas informações, quem apresentou seu projeto na terça-feira?

- A) Ana
- B) Bruno
- C) Carla
- D) Diego
- E) Elisa

**28. Um agente de fiscalização está analisando as informações sobre as vendas de produtos de uma loja. No mês de janeiro, o número de produtos vendidos  $x$  e o faturamento total  $F$ , em reais, foram relacionados pela expressão  $F = -2x^2 + 120x$ .**

**Continuando sua análise, o agente identifica que, no mês de janeiro, o faturamento registrado foi de R\$ 1 600,00. Nessas condições, quantos produtos foram vendidos em janeiro?**

- A) 10 ou 50
- B) 20 ou 40
- C) 20 ou 60
- D) 30 ou 50
- E) 40 ou 60

29. Uma receita de bolo para 4 pessoas utiliza 3 xícaras de farinha de trigo. Sabe-se que 1 xícara de farinha equivale a 120 gramas e que a farinha disponível está armazenada em pacotes fechados de 1kg. Para fazer a mesma receita para 12 pessoas, quantas xícaras de farinha serão necessárias e qual é o número mínimo de pacotes fechados de 1kg que deverão ser abertos?

- A) 10 xícaras e 1 pacote
- B) 10 xícaras e 2 pacotes
- C) 09 xícaras e 1 pacote
- D) 09 xícaras e 2 pacotes
- E) 09 xícaras e 3 pacotes

30. Sejam  $p$  e  $q$  proposições lógicas simples. Complete corretamente as lacunas em branco da tabela-verdade abaixo e, após, responda:

| $p$ | $q$ | $\sim q$ | $p \wedge (\sim q)$ | $p \rightarrow q$ | $[p \wedge (\sim q)] \vee [p \rightarrow q]$ |
|-----|-----|----------|---------------------|-------------------|----------------------------------------------|
| V   | V   |          |                     |                   |                                              |
| V   | F   |          |                     |                   |                                              |
| F   | V   |          |                     |                   |                                              |
| F   | F   |          |                     |                   |                                              |

Das lacunas em branco, qual a porcentagem de espaços preenchidos com valor lógico falso?

- A) 22,5 %.
- B) 25,0 %.
- C) 37,5 %.
- D) 40,0 %.
- E) 50,0 %.

### INFORMÁTICA

31. A chefia solicita o envio, através do Gmail em sua versão recente, em português (Brasil), em uma única mensagem nova, o mesmo comunicado institucional para 08 destinatários externos com e-mails distintos, de modo que nenhum deles visualize o endereço eletrônico dos demais. Adicionalmente, ele solicita que a entrega da mensagem deva ocorrer exatamente às 08h00 do próximo dia útil. Qual sequência de ações realiza o procedimento de forma correta, considerando que o campo "Para" já está preenchido?

- A) Inserir os 08 destinatários no campo "Cc", ativar a opção "Modo Confidencial", selecionar a data de entrega nas configurações da mensagem e clicar no botão "Enviar".
- B) Criar um grupo no Google Contatos com os 08 e-mails, inseri-lo no campo "Cc", clicar no botão "Enviar" e, no menu suspenso de confirmação, selecionar a opção "Agendar entrega para o próximo dia útil".
- C) Inserir os 08 e-mails no campo "Cco" e utilizar a função "Responder a todos", ajustando o cronômetro e a data de envio, após clicar no calendário, no painel inferior do Gmail, e clicar no botão "Programar".
- D) Inserir os 08 destinatários no campo "Cco", clicar na seta ao lado do botão "Enviar", selecionar "Programar envio" e escolher a data e hora desejadas e clicar no botão "Programar envio".
- E) Inserir os 08 destinatários no campo "Cco" e clicar diretamente no ícone de "calendário" localizado na barra de ferramentas inferior, escolher data e horário desejados e clicar no botão "Programar".

32. Na atividade de fiscalização, um servidor precisa registrar, em sistema corporativo, nome, endereço e telefone de pessoa natural identificada, para instruir auto. Considere a aplicação de Lei Geral de Proteção de Dados na situação apresentada e julgue as afirmativas a seguir.

- I. Esse registro, por se referir a pessoa natural identificada, enquadra-se como dado pessoal.
- II. Por se tratar de coleta de dados para fins de instrução de auto de fiscalização, a validade do registro fica condicionada ao prévio e expresso consentimento do titular.
- III. A limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados corresponde ao princípio da finalidade.

Está correto o que se afirmar em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**33. Um Agente de Fiscalização Municipal redige ofícios e notificações no Microsoft Word (Office 365) versão desktop, em português (Brasil). Em um mesmo documento, precisa gravar e salvar, com nome, um conjunto de formatações de fonte e de parágrafo e reaplicá-lo rapidamente a outros trechos, sem recriar manualmente a formatação a cada trecho. Para atender essas condições, qual recurso deve ser utilizado?**

- A) A Fonte.
- B) O cabeçalho e o rodapé.
- C) Os estilos.
- D) O Pincel de Formatação.
- E) O modelo .dotx.

**34. No Microsoft Windows 10, no Explorador de Arquivos, um Agente de Fiscalização manipula arquivos em volume NTFS local. Considere as operações abaixo, realizadas no mesmo disco (mesma partição), em que o usuário possui as permissões necessárias para realizar todas as operações. Associe a operação (Coluna 1) ao efeito da (Coluna 2).**

| Coluna 1                                                               | Coluna 2                                                                         |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| I. Selecionar o arquivo, pressionar Ctrl+C e, em outra pasta, Ctrl+V.  | a. O original permanece na origem e passa a existir uma cópia no destino.        |
| II. Selecionar o arquivo, pressionar Ctrl+X e, em outra pasta, Ctrl+V. | b. O arquivo deixa a origem e passa a existir apenas no destino.                 |
| III. Selecionar o arquivo e pressionar F2.                             | c. O conteúdo do arquivo permanece inalterado, permitindo-se modificar seu nome. |

A correspondência correta das colunas é:

- A) I-b; II-a; III-c
- B) I-a; II-b; III-c
- C) I-a; II-c; III-b
- D) I-c; II-b; III-a
- E) I-b; II-c; III-a

**35. Um Agente de Fiscalização Municipal consolida, no Microsoft Excel (Office 365) versão desktop, uma planilha com milhares de linhas contendo data da lavratura, bairro, tipo de ocorrência e valor. Ele precisa obter totais por bairro e por tipo de ocorrência, reorganizando campos de linha e coluna e filtrando o resumo, sem escrever fórmula distinta em cada célula e sem utilizar macros. O recurso mais adequado para realizar essa consolidação é:**

- A) Tabela dinâmica
- B) Subtotais Automáticos
- C) Consolidação de Dados
- D) Filtro Avançado
- E) Validação de Dados

**36. Um Agente consulta reiteradamente o mesmo sítio oficial de legislação no Google Chrome, atualizado, em português (Brasil). Ele pretende guardar o endereço de forma deliberada, para reabri-lo depois pelos menus/ferramentas do navegador, sem redigitar a URL a cada acesso. Nessas condições, o recurso adequado é:**

- A) Downloads.
- B) Fixar guia.
- C) Modo InPrivate/Anônimo.
- D) Histórico.
- E) Favoritos.

**37. A chefia imediata autorizou o uso de inteligência artificial generativa e de assistente virtual apenas como apoio à redação de minutas internas de fiscalização. O servidor atuará em estação institucional, sem tratar a resposta da máquina como ato administrativo pronto. Para obter apoio útil e reduzir risco de erro no conteúdo, o servidor deve:**

- A) Adotar a primeira resposta gerada pela ferramenta como texto definitivo da minuta.
- B) Elaborar comandos (prompts) adequados e analisar criticamente as respostas automatizadas.
- C) Inserir bases nominiais e dados sensíveis do órgão em ferramenta pública de IA, para fundamentar os comandos (prompts) gerados.
- D) Utilizar a minuta gerada pela ferramenta como ato administrativo conclusivo.
- E) Concentrar-se na elaboração de prompts, como etapa suficiente para o uso dos resultados apresentados pela ferramenta.

**38. Um auto de fiscalização será lavrado e assinado em meio eletrônico. Considerando os conceitos de autenticação, integridade e efeitos jurídicos de assinatura eletrônica, certificado digital e documentos eletrônicos, assinale a alternativa que relaciona corretamente os três conceitos.**

- A) Autenticação: alteração posterior do conteúdo é detectável. Integridade: identificação eletrônica do signatário. Efeitos jurídicos: aptidão do documento eletrônico para produzir efeitos legais.
- B) Autenticação: aptidão do documento eletrônico para produzir efeitos legais. Integridade: identificação eletrônica do signatário. Efeitos jurídicos: alteração posterior do conteúdo é detectável.
- C) Autenticação: identificação eletrônica do signatário. Integridade: alteração posterior do conteúdo é detectável. Efeitos jurídicos: aptidão do documento eletrônico para produzir efeitos legais.
- D) Autenticação: identificação eletrônica do signatário. Integridade: aptidão do documento eletrônico para produzir efeitos legais. Efeitos jurídicos: alteração posterior do conteúdo é detectável.
- E) Autenticação: alteração posterior do conteúdo é detectável. Integridade: aptidão do documento eletrônico para produzir efeitos legais. Efeitos jurídicos: identificação eletrônica do signatário.

**39. Considere o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o processo administrativo eletrônico, associando cada funcionalidade (Coluna 1) ao seu significado (Coluna 2).**

| Coluna 1                           | Coluna 2                                                         |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| I. Inclusão de documentos          | a. Transferir o feito à unidade de destino para continuidade.    |
| II. Envio (tramitação) de processo | b. Consultar andamento, pendências e localização atual do feito. |
| III. Controle de processos         | c. Tornar a peça integrante dos autos eletrônicos.               |

A correspondência correta é:

- A) I-a; II-b; III-c
- B) I-b; II-c; III-a
- C) I-a; II-c; III-b
- D) I-b; II-a; III-c
- E) I-c; II-a; III-b

**40. À luz das noções de automação de processos e tecnologias digitais aplicadas à fiscalização, analise as afirmativas a seguir:**

- I - A automação de processos configura competência sistêmica decisória para a emissão definitiva de atos administrativos fiscalizatórios, prescindindo da atuação do Agente de Fiscalização Municipal.
- II - Em cumprimento ao princípio da impessoalidade, os registros digitais tornam desnecessária a identificação do agente nos logs do sistema.
- III - As ferramentas tecnológicas apoiam as atividades administrativas e fiscalizatórias, sem afastar a responsabilidade do agente pelo ato praticado.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**41. De acordo com a Lei Complementar Nº 65/1981, no que se refere aos “estabelecimentos e fontes poluidoras”, para exame e análise dos projetos, planos, dados característicos de interesse das entidades registradas, bem como para vistoria das instalações, ou as providências que fizerem necessárias, o executivo:**

- I – Poderá utilizar, além dos recursos técnicos de que dispõe, outros de entidades públicas ou privadas, com quais mantenha ou não convênios.
- II – Poderá utilizar, além dos recursos técnicos de que dispõe, outros de entidade públicas ou privadas, desde que, comprovadamente, mantenha convênio firmado para essa finalidade.
- III – Deverá utilizar, exclusivamente, os recursos técnicos e legais de que dispõe.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I e III.

**42. Conforme o texto da Lei Complementar Nº 65/1981, assinale as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).**

**Considera-se poluição ambiental qualquer alteração das condições físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante de atividades humanas, em níveis capazes de direta ou indiretamente:**

- ( ) Ser imprópria, nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar da população.
- ( ) Criar condições adversas às atividades sociais e econômicas.
- ( ) Ocasionar danos à flora, à fauna, a outros recursos naturais, às propriedades públicas e privadas ou a paisagem urbana.
- ( ) Ocasionar ônus evitável ao erário público.
- ( ) Impedir ou retardar execução de projeto de melhoria urbana desenvolvido pela municipalidade em associação com entidades privadas.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é:

- A) V, V, V, V, F.
- B) V, V, V, F, V.
- C) V, V, V, F, F.
- D) F, V, F, V, V.
- E) F, F, V, V, F.

**43. Considerando a necessidade de compatibilizar ações e métodos de segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos com o controle da poluição sonora no Município, o Código de Posturas de Porto Alegre - Lei Complementar nº 12/1975, estabeleceu um limite na sua utilização/atuação de alarmes sonoros. Deste modo, esse Código, ao tratar da poluição sonora, estabelece que:**

*“Fica proibido - emitir sinal sonoro por alarmes de segurança residenciais, comerciais ou veiculares por período superior a \_\_\_\_\_.”*

Para que o texto acima esteja correto e de acordo com o estabelecido no Código de Posturas de Porto Alegre, a lacuna deverá ser preenchida por:

- A) 30 (trinta) minutos.
- B) 20 (vinte) minutos.
- C) 5 (cinco) minutos.
- D) 10 (dez) minutos.
- E) 15 (quinze) minutos.

**44. De acordo com o texto do Código de Posturas de Porto Alegre - Lei Complementar nº 12/1975, a exploração das jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, tais como ardósias, areias, cascalhos, gnaisses, granitos, quartzitos e saibros, dependerá de licença especial do Município que será concedida, observando-se o seguinte:**

- I – Não estar situada a jazida próxima a córrego natural, ravina coberta, em pé de morro ou em área que apresente potencial turístico ou comercial.
- II – A exploração não exceda a cinco sextos (5/6) da cota máxima da elevação existente na área requerida, calculada em relação ao nível do mar.
- III – A exploração não prejudique o funcionamento normal de escola, hospital, instituição científica, ambulatório, casa de saúde ou repouso ou similar.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

**45. De acordo com o texto da Lei Complementar Nº 757/2015 de Porto Alegre:**

- I – A supressão de vegetal deverá ser ambientalmente compensada.
- II – A compensação vegetal será firmada por meio de TCV – Termo de Compensação Vegetal.
- III – Somente haverá intervenção no vegetal após ter sido firmado o TCV – Termo de Compensação Vegetal.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a II.
- B) Apenas a III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

**46. De acordo com a Legislação Municipal de Porto Alegre, no que se refere às regras de supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais:**

**“Os projetos de parcelamento de solo, público ou privado, edificações e obras em geral deverão ser avaliados, no âmbito da administração municipal, previamente, pela SMAM, sempre que o imóvel ou o respectivo passeio público possuírem vegetação arbórea com altura igual ou superior a \_\_\_\_\_.”**

**Para que o texto acima esteja correto, de acordo com a Lei Complementar Nº 757/2015, a lacuna deverá ser preenchida por:**

- A) 1,5m (um metro de cinquenta centímetros).
- B) 2,0 m (dois metros).
- C) 2,5 m (dois metros e cinquenta centímetros).
- D) 3,0 m (três metros).
- E) 4,0 m (quatro metros).

**47. Assinale a alternativa correta. No texto do Código de Edificações de Porto Alegre, o Título - RESPONSABILIDADES estabelece que “A responsabilidade sobre as edificações e sua manutenção caberá ao Município, ao autor dos projetos, ao executante e responsável técnico e ao proprietário ou usuário a qualquer título.” Esse mesmo Título estabelece ainda que é da responsabilidade do proprietário ou usuário a qualquer título, o seguinte:**

- A) Obter, junto ao Executivo, a concessão da "Carta de Habitação".
- B) Transferir as consequências, diretas ou indiretas, advindas das modificações que constituam patrimônio histórico sociocultural e do meio ambiente natural na zona de influência da obra, em especial, cortes, aterros, rebaixamento do lençol freático, erosão, etc.
- C) Aprovar projetos e licenciar obras em conformidade com a legislação municipal.
- D) Manter permanentemente em bom estado de conservação as áreas de uso comum das edificações e as áreas públicas sob sua responsabilidade, tais como passeio, arborização, posteamento, etc.
- E) Acompanhar, junto ao Executivo Municipal, todas as fases da aprovação do projeto.

**48. De acordo com as definições apresentadas pelo Código de Edificações de Porto Alegre:**

**“Área compreendida pelo perímetro interno das paredes externas da edificação, considerada sem dedução das áreas de circulações, armários embutidos, espessuras das paredes internas, etc.”,**

A definição acima corresponde a área denominada:

- A) Área bruta de pavimento.
- B) Área comercial.
- C) Área livre.
- D) Área útil.
- E) Área computável.

**49. No que se refere às edificações não residenciais (aquelas destinadas à instalação de atividades comerciais, de prestação de serviços, industriais e institucionais), o Código de Edificações de Porto Alegre define que elas deverão ter:**

- A) pé-direito mínimo de 2,20m e 3,00m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises.
- B) pé-direito mínimo de 2,40m e 3,00m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises.
- C) pé-direito mínimo de 2,60m e 2,90m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises.
- D) pé-direito mínimo de 2,60m e 3,00m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises.
- E) pé-direito mínimo de 2,60m e 3,50m no pavimento térreo quando houver obrigatoriedade de marquises.

**50. De acordo com o Plano Diretor de Porto Alegre - Lei Complementar Nº 434/1999, em especial no Título que trata “Dos Dispositivos de Controle das Edificações”, analise as afirmativas abaixo:**

- I – As áreas construídas classificam-se como adensáveis, não adensáveis e isentas, de acordo com sua natureza.
- II – São consideradas áreas construídas não adensáveis as áreas de uso residencial, comercial, de serviço ou industrial integrantes das unidades privativas, excetuados os casos especificados em lei.
- III – São exemplos de áreas consideradas isentas as destinadas à guarda de veículos, suas circulações verticais e horizontais, nos prédios em geral.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a II.
- B) Apenas a III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas I e II.

**51. O Plano Diretor de Porto Alegre estabelece, em seu texto, o padrão e limites dos recuos obrigatórios e regulares nas edificações. Quanto aos recuos para ajardinamento, o projeto da edificação deve observar as seguintes regras de aplicação:**

*Os recuos para ajardinamento terão dimensão mínima de \_\_\_\_\_ na Área de Ocupação Intensiva e de \_\_\_\_\_ na Área de Ocupação Rarefeita, medidos a partir do alinhamento, exceto nas situações previstas no art. 122 desta Lei Complementar, contados do alinhamento existente.*

Para que o texto acima esteja correto, as lacunas deverão ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) 3m (três metros) - 15m (quinze metros).
- B) 3m (três metros) - 12m (doze metros).
- C) 4m (quatro metros) - 8m (oito metros).
- D) 4m (quatro metros) - 10m (dez metros).
- E) 4m (quatro metros) - 12m (doze metros).

**52. Analise as afirmações apresentadas a seguir considerando o que estabelece a Lei Complementar Nº 678/2011, no que se refere aos conceitos e definições, assinalando para Verdadeiras (V) ou Falsas (F).**

- ( ) "barreiras" obstáculos móveis e provisórios instalados em situações especiais que impedem totalmente o acesso das pessoas a determinado espaço. São elementos que não impedem a liberdade de movimento.
- ( ) "rota acessível" o percurso de interligação contínua, sinalizada e sistêmica entre os elementos que compõem a acessibilidade, destinado à circulação de pessoas, compreendendo espaços externos de uso comum, especificados nesta Lei Complementar, no seu acesso ou na entrada principal.
- ( ) "faixa de elementos de urbanização" a área da calçada destinada à implantação de elementos de urbanização, mediante a autorização do Executivo Municipal.
- ( ) "piso tátil" o piso caracterizado pela diferenciação de cor, textura, material, forma, determinado a constituir aviso - tátil de alerta - ou guia - tátil direcional - perceptível por pessoas com deficiência visual.
- ( ) "adequado" o espaço, a edificação, os serviços de transporte e o elemento de urbanização cujas características originais foram alteradas posteriormente, para serem acessíveis, em conformidade com as normas da ABNT vinculadas ao tema acessibilidade.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é:

- A) F, V, V, F, V.
- B) F, V, V, V, F.
- C) V, V, V, F, F.
- D) V, V, F, F, V.
- E) F, F, V, V, F.

**53. Analise as afirmações apresentadas a seguir acordo com o que estabelece a Lei Complementar Nº 395/1996, em seu texto que trata do "Controle de Alimentos" e assinale Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) Os alimentos destinados ao consumo imediato, tenham ou não sofrido processo de cocção, só poderão ser expostos à venda devidamente protegidos.
- ( ) Os alimentos e produtos destinados ao consumo humano deverão ser produzidos, acondicionados, armazenados e transportados de acordo com norma técnica específica, devendo ser mantidos distantes de produtos que possam contaminá-los ou alterar suas características.
- ( ) É proibida a entrada de pessoas estranhas nos locais de elaboração, fracionamento, acondicionamento, depósito ou armazenamento de alimentos.
- ( ) A distribuição de amostras grátis de alimentos infantis, mamadeiras e bicos será permitida aos profissionais demonstradores dos locais de comércio e stands de feiras e eventos que tenham praça de alimentação.
- ( ) Todo o estabelecimento que servir alimentos e que, por situação transitória de emergência, não contar com instalações adequadas e eficientes para a limpeza e desinfecção dos utensílios e recipientes deverá operar com os de tipo descartável.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é:

- A) V, V, V, F, V.
- B) F, V, V, V, F.
- C) V, V, V, F, F.
- D) V, V, F, F, V.
- E) F, F, V, V, F.

**54. Analise as afirmações apresentadas a seguir considerando o texto da Lei Complementar Nº 395/1996, que institui O Código Municipal De Saúde Do Município De Porto Alegre:**

- I – Os reservatórios de água domiciliares deverão ser submetidos à inspeção, no mínimo uma vez a cada doze meses, e limpos em intervalos máximos de vinte e quatro meses.
- II – É obrigatória a ligação predial de esgoto sanitário à rede pública coletora de esgotos sanitários.
- III – É recomendado o lançamento direto ou indireto de águas pluviais em canalizações de esgotos sanitários.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas I e II.

**55. Considerando a Legislação Federal nº 9605/1998 que “Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, analise as afirmações apresentadas a seguir:**

- I – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- II – É crime contra a Administração Ambiental fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.
- III – Qualquer servidor público ou pessoa capacitada, constatando infração ambiental é autoridade competente para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas I e II.

**56. Considerando o que estabelece o texto da Lei Complementar Nº 563/2007, assinale dentre as alternativas apresentadas a seguir, aquela que NÃO se constitui em um objetivo permanente do Procon/PMPA:**

- A) Planejar, elaborar, propor e executar a política municipal de proteção e defesa dos direitos e interesses do consumidor.
- B) Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- C) Manter linhas de financiamento com juros subsidiados para a aquisição de produtos constantes na cesta básica, oportunizando soluções para os consumidores vulneráveis.
- D) Incentivar e apoiar a criação e a organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor, bem como a organização das já existentes.
- E) Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores.

**57. Conforme estabelece o Código Municipal de Limpeza Urbana do Município de Porto Alegre - Lei Complementar nº 1.060/2025, relacione a coluna da esquerda com a da direita, numerando as ações de gerenciamento de 1 a 5 segundo a ordem de prioridade de gerenciamento dos resíduos sólidos, (sendo o número 1 para a primeira prioridade e o número 5 para a última).**

| Ordem da prioridade | Prioridade                      |
|---------------------|---------------------------------|
| ( )                 | Tratamento dos resíduos sólidos |
| ( )                 | Não geração                     |
| ( )                 | Redução                         |
| ( )                 | Reciclagem                      |
| ( )                 | Reutilização                    |

A ordem CORRETA de preenchimento da coluna da esquerda, de cima para baixo, é:

- A) 5 – 3 – 1 – 4 – 2.
- B) 5 – 1 – 2 – 4 – 3.
- C) 5 – 4 – 1 – 2 – 3.
- D) 5 – 3 – 2 – 4 – 1.
- E) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.

**58. Analise as afirmações apresentadas a seguir considerando o texto da Resolução RDC nº 216/2004, que Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, em especial no que se refere à “PREPARAÇÃO DO ALIMENTO”**

- I – Os óleos e gorduras utilizados (para frituras e outros preparos) devem ser aquecidos a temperaturas não superiores a 110°C (cento e dez graus Celsius), sendo substituídos a cada 7 (sete) dias ou imediatamente, sempre que houver alteração evidente das características físico-químicas ou sensoriais.
- II – Os funcionários que manipulam alimentos crus devem realizar a lavagem e a anti-sepsia das mãos antes de manusear alimentos preparados.
- III – As matérias-primas e os ingredientes caracterizados como produtos perecíveis devem ser expostos à temperatura ambiente somente pelo tempo mínimo necessário para a preparação do alimento, a fim de não comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento preparado.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

**59. De acordo com a Legislação Federal nº 6.437/1977, que trata das infrações à legislação sanitária, assinale Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

“As infrações sanitárias classificam-se em”:

- ( ) Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante.
- ( ) Médias, aquelas em que o infrator seja primário e não se verifique a ocorrência de circunstâncias agravantes.
- ( ) Graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante.
- ( ) Muito graves, aquelas que foram realizadas com ocultação do ato infracional.
- ( ) Gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

A ordem CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo é:

- A) V, V, V, F, V.
- B) F, V, V, V, F.
- C) V, V, V, F, F.
- D) V, F, F, V, V.
- E) V, F, V, F, V.

**60. De acordo com as regras para “Boas Práticas para Serviços de Alimentação”, presentes na Resolução RDC nº 216/2004, quando as matérias-primas e os ingredientes não forem utilizados em sua totalidade (em uma determinada preparação), devem ser adequadamente acondicionados e identificados com, no mínimo, as seguintes informações:**

- A) Data de fracionamento, nome do manipulador e prazo de validade após a abertura ou retirada da embalagem original.
- B) Designação do produto, temperatura ideal para refrigeração e prazo de validade.
- C) Peso do ingrediente, data de fracionamento e nome do manipulador.
- D) Designação do produto, data de fracionamento e prazo de validade após a abertura ou retirada da embalagem original.
- E) Data da retirada da embalagem original, peso do produto e nome do manipulador.

**61. No âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Agente de Fiscalização Municipal desempenha suas atribuições operacionais e administrativas submetido às disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. Tendo em vista o regime disciplinar, os deveres, as proibições e a aplicação de penalidades aos servidores estatutários, previstos na legislação municipal nº 133/1985, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A demissão por inassiduidade habitual configura-se pelo cometimento de falta injustificada ao serviço público por trinta dias de forma consecutiva.
- B) A penalidade disciplinar de suspensão, aplicável nos casos de reincidência ou falta grave, não poderá exceder o período máximo de 90 (noventa) dias.
- C) A ação disciplinar da Administração Pública prescreve em um ano quanto às infrações praticadas por servidor puníveis com a penalidade de demissão.
- D) A penalidade de advertência será aplicada por escrito nos casos de infrações de natureza grave, desde que o servidor não seja reincidente específico.
- E) O servidor suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo, sendo vedada a conversão da suspensão em multa diária.

**62. Com base na Lei Complementar nº 1.069/2026, serão observados nos procedimentos fiscalizatórios os seguintes critérios, EXCETO:**

- A) Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.
- B) Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
- C) Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- D) Adoção de formas suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- E) Objetividade no atendimento do interesse público, autorizada a promoção dos agentes ou autoridades.

**63. Em uma equipe de fiscalização, foi identificada a presença de lideranças informais consolidadas, ruídos na transmissão de ordens de serviço e resistências a novas rotinas operacionais. Com base nos fundamentos das Relações Humanas no Trabalho, analise as afirmativas a seguir:**

- I – A organização informal surge espontaneamente das interações sociais entre os servidores e exerce forte influência no clima de trabalho, podendo atuar como elemento de cooperação ou de resistência às metas da instituição.
- II – Na comunicação interpessoal, o processo de decodificação da mensagem está sujeito a filtros perceptivos e ruídos, tornando a busca por feedback um mecanismo indispensável para confirmar a compreensão do receptor.
- III – A eficácia da liderança na gestão de equipes exige a adoção permanente e exclusiva do estilo autocrático, único capaz de neutralizar conflitos interpessoais e impor harmonia no ambiente de trabalho.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**64. Quanto às normas, deveres dos feirantes e prerrogativas da fiscalização estabelecidas na Lei Municipal nº 14.151/2024, acerca das feiras-modelo e no Mercado do Produtor, analise as afirmativas a seguir, identificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) Ao comerciante atuante nas feiras-modelo fica dispensada apresentação da identificação aos agentes de fiscalização municipal.
- ( ) A comercialização de produtos nas feiras condiciona-se à prévia obtenção de permissão de uso outorgada pelo órgão municipal.
- ( ) Os produtores têm permissão para livre comércio de qualquer tipo de produto alimentício.

Assinale a alternativa que expressa a sequência correta:

- A) F – F – V
- B) F – V – F
- C) V – F – V
- D) V – V – F
- E) V – V – V

**65. Em um serviço público de fiscalização e com base nos princípios da ética e da postura profissional no atendimento ao cidadão, analise as afirmativas a seguir:**

- I – A conduta ética e empática no atendimento autoriza o servidor a dispensar o cumprimento de exigências legais e formais previstas para o serviço, desde que o cidadão se encontre em evidente situação de vulnerabilidade social.
- II – A cortesia e a urbanidade no atendimento presencial exigem que o profissional adote postura respeitosa e impessoal, evitando intimidades desnecessárias e julgamentos de valor sobre o usuário.
- III – A dimensão ética das relações interpessoais no setor público pressupõe o dever de prestar informações claras e objetivas, orientando o cidadão sobre seus direitos sem utilizar jargões burocráticos.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**66. Considerando as regras do Processo Legislativo previstas na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) Se o Prefeito considerar o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á em 15 dias úteis, comunicando à Câmara em 48 horas; se o veto for rejeitado por maioria absoluta e o Prefeito não promulgar a lei em 48 horas, o Presidente da Câmara a promulgará e, na omissão deste em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente a promulgação.
- B) O Prefeito disporá do prazo improrrogável de 15 dias corridos para vetar o projeto de lei, devendo a Câmara Municipal apreciar a matéria e deliberar sobre a rejeição do veto pelo voto qualificado de dois terços dos Vereadores em efetivo exercício, sob pena de arquivamento definitivo da proposição.
- C) No exercício do veto parcial a projeto de lei aprovado, é facultado ao Chefe do Executivo Municipal vetar palavras, expressões ou frases isoladas inseridas em dispositivos legais, desde que apresente fundamentação autônoma exigida para a recusa de cada excerto.
- D) A apreciação do veto pelo Plenário do Legislativo ocorrerá em até 30 dias contados do recebimento, ensejando a manutenção tácita e automática do veto do Executivo caso a Câmara Municipal não conclua a votação da matéria no prazo regimental previsto.
- E) Se rejeitado o veto pelo Plenário da Câmara Municipal, caso o Prefeito não promulgue a lei no prazo de 48 horas, o projeto aprovado perderá integralmente sua eficácia legal e será arquivado, cabendo ao Poder Executivo reinstaurar o processo legislativo na sessão seguinte.

**67. No exercício de suas atribuições de fiscalização e controle sobre o cumprimento das políticas públicas municipais de bem-estar animal, o agente fiscal deve atentar para as regras operacionais da esterilização cirúrgica de cães e gatos. De acordo com o Decreto Municipal nº 23.273/2025, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A esterilização gratuita de caninos e felinos é prestada de forma universal e ilimitada para qualquer munícipe de Porto Alegre, desde que a comprovação de residência ocorra por meio da apresentação de, pelo menos, um dos seguintes documentos atualizados, em nome do interessado: Conta de água, luz, telefone fixo, ou Correspondência oficial emitida por órgão público.
- B) Os protetores de animais que possuírem o benefício do Número de Inscrição Social (NIS) ativo são autorizados a abrir protocolos individuais de castração gratuita nas clínicas credenciadas utilizando seu NIS pessoal para custear os animais sob sua tutela de protetor cadastrado.
- C) O Programa de Proteção aos Animais Domésticos proíbe a microchipagem de caninos e felinos submetidos à castração gratuita, devendo a identificação eletrônica ser contratada obrigatoriamente e de forma separada pelo tutor em estabelecimentos privados.
- D) As entidades protetoras de animais com sede comprovada em qualquer município da Região Metropolitana possuem acesso automático às cotas públicas de castração gratuita nas clínicas descentralizadas credenciadas de Porto Alegre, independentemente de sede na Capital.
- E) A disponibilização gratuita do procedimento de esterilização de caninos e felinos é destinada aos animais de guardiões reconhecidos como hipossuficientes ou tutelados por protetores e entidades devidamente cadastrados junto ao Município, sujeitando-se ao cumprimento dos requisitos regulamentares.

**68. Durante uma operação de fiscalização de posturas promovida no Centro Histórico, agentes fiscais abordaram comerciantes ambulantes para averiguar o cumprimento da Lei Municipal nº 10.605/2008. Considerando as disposições dessa legislação municipal, analise as assertivas a seguir:**

- I – A autorização para o exercício do comércio ambulante possui natureza de ato administrativo definitivo, sendo facultado ao titular ceder ou transferir a terceiros o seu local de comércio mediante simples comunicação prévia ao Município.
- II – O comerciante ambulante que exercer suas atividades com a autorização vencida ou que não estiver portando o alvará de autorização fica sujeito à aplicação de multa e à apreensão de mercadorias, equipamentos ou de ambos.
- III – Diante da aplicação da penalidade de cassação da autorização, cabe ao comerciante punido encaminhar recurso hierárquico no prazo de 15 dias, devendo a autoridade competente proferir julgamento no prazo improrrogável de 60 dias.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**69. Considere as assertivas a seguir referentes às disposições da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), identificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando deles não podem ser objeto de restrição de acesso, sendo vedada sua classificação sob qualquer grau de sigilo.
- ( ) Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação solicitada, o órgão público possui o prazo de até 20 dias para resposta, prorrogável justificadamente por mais 10 dias, devendo o requerente ser expressamente cientificado.
- ( ) As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem possuem acesso restrito a pessoas autorizadas pelo prazo máximo de 25 anos a contar de sua produção, tornando-se públicas após esse período.

Assinale a alternativa que expressa a sequência correta:

- A) F – F – V
- B) F – V – V
- C) V – F – V
- D) V – V – F
- E) V – V – V

**70. Considere as assertivas a seguir referentes às disposições do Decreto Municipal nº 17.134/2011, identificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) O exercício da atividade ambulante possui caráter personalíssimo, admitindo-se a indicação de preposto para auxílio ou substituição do titular, desde que previamente cadastrado e autorizado pelo órgão municipal competente.
- ( ) Na ocorrência de apreensão de mercadorias ou equipamentos decorrente de infração fiscal, será lavrado o Auto de Apreensão e Depósito, ficando a restituição dos bens condicionada à comprovação da origem e à quitação das multas e despesas.
- ( ) Por constituir direito de propriedade sobre o ponto comercial, a autorização concedida integra o patrimônio privado do titular, sendo permitida a sua venda, doação, aluguel ou transferência a terceiros por ato intervivos.

Assinale a alternativa que expressa a sequência correta:

- A) V – V – F
- B) F – V – F
- C) V – F – F
- D) F – F – V
- E) F – V – V

**71. Durante procedimento fiscalizatório para a apuração de potenciais infrações administrativas e constituição de crédito não tributário, surgiram questionamentos acerca dos atos instrutórios, das medidas acauteladoras, da contagem de prazos e das hipóteses extintivas do poder sancionatório. Com base na Lei Complementar Municipal nº 992/2023, considere a situação descrita e analise as assertivas a seguir:**

- I – Caso o administrado autuado argua a suspeição de servidor ou autoridade administrativa alegando inimizade notória, o eventual indeferimento dessa alegação ensejará a interposição de recurso o qual, por expressa previsão legal, será dotado de efeito suspensivo automático, obstando o prosseguimento dos atos instrutórios até o seu julgamento definitivo.
- II – Em situações de risco iminente à coletividade ou ao interesse público, a Administração Pública Municipal poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras antes da manifestação prévia do administrado; ademais, se o interessado posteriormente apresentar pedido de desistência do processo, a Administração não estará vinculada a tal requerimento, podendo dar prosseguimento ao feito se o interesse público assim o exigir.
- III – A prescrição da pretensão punitiva/constitutiva administrativa ocorre em 5 (cinco) anos, contados da data do conhecimento do fato pela Administração Pública Municipal; outrossim, incide a prescrição intercorrente caso o processo administrativo permaneça paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**72. Considerando as regras regulamentares relativas à comunicação de atos processuais, contagem e suspensão de prazos, bem como às causas relativas à prescrição da pretensão punitiva e constitutiva presentes no Decreto Municipal nº 22.392/2023, que regulamenta a Lei Complementar 992/2023, analise as afirmativas a seguir:**

- I – Quando a notificação do administrado for efetuada por correio eletrônico (e-mail), o ato processual considerar-se-á formalmente realizado na data da confirmação eletrônica de leitura pelo destinatário ou, na sua ausência, decorridos 10 (dez) dias da data do envio, nos termos da Lei Complementar nº 992/2023.
- II – O curso dos prazos processuais nos processos administrativos regidos pela Lei Complementar nº 992/2023 fica suspenso no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.
- III – A apresentação de pedido de acordo ou composição administrativa e a solicitação de parcelamento do débito não tributário pelo administrado possuem efeito meramente suspensivo, sendo inaptas para promover a interrupção da prescrição.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

**73. A Lei Ordinária nº 14.151/2024 do Município de Porto Alegre, dispõe sobre o funcionamento das Feiras-Modelo e do Mercado do Produtor. Considerando as regras de uso dos espaços logradouros do Município e as disposições que regulam a atuação dos feirantes e produtores conforme a referida legislação municipal, analise as afirmativas a seguir:**

- I – O feirante poderá se afastar de suas atividades sempre que julgar necessário, desde que devidamente autorizado, mediante prévia comunicação à Unidade de Fomento (UFOM), sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei.
- II – O termo de outorga para exploração das bancas e espaços públicos possui natureza jurídica de permissão de uso de bem público, revestindo-se de caráter precário e discricionário, podendo ser revogado pelo Município de Porto Alegre com base em critérios motivados de oportunidade e conveniência do interesse público, sem que assista ao permissionário direito à indenização.
- III – A inobservância contínua das normas sanitárias e o descumprimento das obrigações no local ocupado sujeitam o feirante a sanções administrativas progressivas.

Das afirmações acima, qual(ais) está(ão) correta(s)?

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

**74. Com base na Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), analise as assertivas a seguir, identificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) O enquadramento de qualquer conduta nos atos de improbidade administrativa exige a comprovação de dolo específico, caracterizado pela intenção livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, sendo expressamente vedada a responsabilização na modalidade culposa.
- ( ) A aplicação da sanção de perda da função pública atinge, em regra, tão somente o vínculo de mesma qualidade e natureza mantido pelo agente público com a mesma entidade lesada à época da prática da infração.
- ( ) A ação para a aplicação das sanções de improbidade administrativa prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data em que o agente público cessar o exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.

Assinale a alternativa que expressa a sequência correta:

- A) V – V – V
- B) F – V – V
- C) V – F – V
- D) F – F – V
- E) V – V – F

**75. Em operação de fiscalização realizada por agentes públicos, deve-se verificar o cumprimento das normas de proteção integral a crianças e adolescentes. Considerando as disposições da Lei Federal nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta:**

- A) A autorização judicial para viagem nacional de criança ou adolescente menor de 16 anos desacompanhado dos pais é exigida para qualquer deslocamento no território nacional, aplicando-se obrigatoriamente mesmo quando a viagem ocorrer para comarca contígua à da residência do menor.
- B) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se devidamente acompanhado por qualquer dos pais ou responsável legal, ou mediante autorização por escrito destes ou da autoridade judiciária.
- C) A legislação autoriza expressamente a prestação de trabalho regular por menores de 14 anos de idade, desde que cumprida jornada reduzida diurna e em atividades não perigosas, sendo a condição de aprendiz exigível apenas a partir dos 16 anos.
- D) O Conselho Tutelar possui competência legal autônoma e privativa para decretar a suspensão do poder familiar e determinar o acolhimento institucional definitivo de crianças e adolescentes sem a necessidade de intervenção ou homologação do Poder Judiciário.
- E) A internação provisória de adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional pode ser decretada pela autoridade policial no momento da lavratura do flagrante, podendo estender-se pelo prazo de até 90 dias até a sentença final.

**76. Considerando os fundamentos teóricos sobre a ética e as relações interpessoais no ambiente organizacional público (Aguiar, 2024), assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A ética na gestão pública limita-se ao cumprimento estrito e formal das obrigações legais, sendo desnecessário considerar elementos relacionais como a empatia, o clima organizacional e a confiança interpessoal na busca pela eficiência administrativa.
- B) O surgimento de conflitos interpessoais nas equipes de trabalho deve ser interpretado como uma falha operacional absoluta, cabendo à gestão reprimi-los sumariamente por meio de decisões e imposição vertical de conduta.
- C) A busca pelo atingimento das metas institucionais de fiscalização autoriza a flexibilização temporária dos princípios éticos informadores da administração pública, desde que o resultado traga benefício financeiro ou arrecadatário ao Estado.
- D) O código de conduta ética atua como um instrumento meramente punitivo. A qualidade das interações interpessoais entre os servidores não exerce influência relevante sobre a motivação ou qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- E) A conduta ética na gestão pública transcende a mera obediência normativa, atuando em sinergia com relações interpessoais saudáveis, comunicação empática e mediação construtiva de conflitos para consolidar um clima organizacional positivo e qualificar a entrega de valor público ao cidadão.

**77. De acordo com o Decreto Municipal nº 17.134/2011 e a Lei Municipal nº 10.605/2008, que disciplinam o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos do Município de Porto Alegre, analise as assertivas abaixo e assinale (V) para Verdadeiro e (F) para Falso:**

- ( ) A autorização outorgada pelo Município para o exercício do comércio ambulante gera direito adquirido ao uso do bem público e possui caráter definitivo, sendo vedada a sua revogação unilateral por razões de interesse público sem a devida indenização prévia ao permissionário.
- ( ) O documento que comprova a autorização para o comércio ou serviço ambulante tem validade anual, em regra geral, devendo ser mantido pelo titular em local visível ou apresentado de forma clara e imediata sempre que exigido pelos agentes de fiscalização municipal.
- ( ) A autorização concedida será do tipo especial quando facultar a utilização de bem público de uso comum do povo para atividade de comércio ambulante ou prestação de serviços ambulantes exercida em ponto móvel ou ponto fixo, nos termos da lei.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- A) V – V – V
- B) V – F – F
- C) F – F – V
- D) F – V – V
- E) F – V – F

**78. Analise as assertivas a seguir referentes às disposições da Lei nº 1.069/2026, identificando-as como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) A Secretaria Executiva de Fiscalização (SEFIS), órgão gestor do Sistema Municipal de Fiscalização, é criada como entidade autárquica vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, sendo o sistema estruturado em três eixos autônomos de atuação fiscalizatória.
- ( ) As demandas fiscalizatórias recebidas pela SEFIS deverão ser registradas em sistema eletrônico no prazo de até 72 horas, devendo a fiscalização dar andamento compulsório à apuração mesmo nos casos de denúncias que omitam o local exato da ocorrência do fato.
- ( ) Diante da identificação de situação de risco grave ou iminente à saúde ou à segurança das pessoas, o Agente de Fiscalização Municipal ou o servidor competente possui autorização legal para a adoção de medidas cautelares, nos termos de instrução normativa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- A) F – F – V
- B) F – V – V
- C) V – F – V
- D) V – V – F
- E) V – V – V

**79. Em ação fiscalizatória, a equipe de agentes fiscais atua com base na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Considerando o regime jurídico de fiscalização e as penalidades administrativas da referida legislação, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A aplicação de penalidades administrativas pelo órgão de fiscalização municipal exige a demonstração de dano individual e concreto a consumidor específico, sob pena de nulidade do auto de infração.
- B) As sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor podem ser aplicadas pela autoridade competente de forma cumulativa, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente ao procedimento administrativo.
- C) A pena de multa administrativa deve ser aplicada em valor uniforme para todas as infrações, sendo vedada a gradação do montante com base na condição econômica do fornecedor.
- D) A apreensão e a inutilização de produtos considerados impróprios ao consumo dependem de autorização judicial prévia, descabendo a atuação direta e imediata da fiscalização municipal em sede administrativa.
- E) A competência para fiscalizar as relações de consumo e aplicar as sanções administrativas do Código de Defesa do Consumidor é restrita à União, sendo vedada a atuação descentralizada dos Municípios.

**80. Analise as assertivas a seguir referentes às disposições do Decreto Municipal nº 22.392/2023, identificando-as como verdadeiras (V) ou Falsas (F):**

- ( ) O recurso administrativo interposto contra a decisão proferida em primeira instância na constituição de crédito não tributário será julgado obrigatoriamente por conselho colegiado da Procuradoria-Geral do Município, sendo vedada a apreciação pelo titular do órgão correspondente.
- ( ) O pedido de acordo ou composição administrativa formulado pelo devedor não produz efeito de interrupção da prescrição do crédito não tributário municipal, a qual permanece transcorrendo ininterruptamente até a citação em execução fiscal.
- ( ) A constatação de pagamentos indevidos efetuados a servidores públicos municipais autoriza o estorno e o desconto automático em folha de pagamento no prazo de 24 horas, ficando dispensada a instauração de processo administrativo em qualquer hipótese.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo:

- A) F – F – F
- B) F – V – F
- C) V – F – V
- D) F – F – V
- E) V – V – V

**RASCUNHO**